



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34

**Ata da Quarta Reunião
Extraordinária do Conselho
Estadual dos Direitos da Criança e
Do Adolescente do AM/ 2024.**

OBJETIVO: 04º Reunião Extraordinária do CEDCA-Exercício 2024

No dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e quatro, às oito e trinta da manhã, de forma presencial, realizou-se a quarta reunião extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, presidida pela presidente Amanda Cristina Gomes Ferreira. **PRESENTES:** Jane de Souza Nagaoka –**SES**; Alcione Lelo Reis – **SEDUC**; Tereza Celeste – **SEAS**; Andreza de Souza-**SEJUSC**; Jaqueline Nogueira da Silva – **SEJUSC**; Roberto Said de Oliveira-**SEFAZ**; Everaldo Ramos dos Santos – **SEC**; Rosivane Souza – **CÁRITAS**; Margarete Roche – **CÁRITAS**; Amanda Cristina-**IACAS**; Izys Maria Rodrigues - **IACAS**; Márcia Maria de Souza – **CNBB-PAMEM**; Ana Maria Matos –**Vida Alegre**; Neila Regina Souza – **Casa de Sara**; Janiel Oliveira Cundes – **MCVE**.

A Presidente Amanda Cristina (IACAS) deu boas vindas e iniciou a reunião com a pauta **a) O que houver:** Informou que no dia oito de outubro terá uma reunião extraordinária com a presença da Empresa responsável pela adequação do Centro Integrado, onde a Sejusc vem e apresenta a empresa, os gastos, como tudo vai ocorrer.. Informa que é preciso chamar a comissão do Centro Integrado, que além dos conselheiros tem convidados como a Dra. Joyce Coelho (que foi substituída) e a Dra. Alzira Melo. A conselheira Margarete Rocha (CARITAS) menciona que caso a Dra. Alzira não puder comparecer, podemos chamar a sua representante. A presidente Amanda menciona que a Dona da pasta de doação, a Gabriela também deve ser convidada, então, convocamos para a reunião e assim fazem o acompanhamento. A conselheira Andreza Souza (SEJUSC): Sugere que organize perguntas para fazer, porque o representante da Empresa, o Diretor de Engenharia da SEJUSC e o Representante da UGPE estarão presentes. Na sequência, a presidente Amanda informa que no dia dez (10) de outubro terá uma reunião dentro da delegacia cujo objetivo é o lançamento da Obra, onde estarão presentes todos os órgãos competentes e envolvidos. Andreza Souza (SEJUSC): solicita que fiquem sobreaviso, e assim confirmarem, ela informará o colegiado. A presidente Amanda aponta que a



35 Comissão do CENTRO INTEGRADO, precisa reunir para conversar sobre o
36 acompanhamento, e ressalta que a comissão é quem acompanha a obra e não o conselho.
37 Ou seja, eles precisam fazer esse monitoramento a partir da explicação da SEJUSC no
38 dia 08/10/2024. Continuando, a presidente Amanda menciona que secretaria Andreza
39 Souza procurou o conselho para que fosse discutido pelo colegiado o nome que será dado
40 ao Centro Integrado e relembra que foram colocados alguns nomes para a votação no
41 grupo de “whatsapp”, advindos de casos ocorridos no Amazonas: o primeiro é caso é da
42 criança “**LORENA FERREIRA RODRIGUES**” (a vítima era deixada sobre cuidados
43 da tia Ana Beatriz Barbosa Guimarães e seu companheiro John Lenon, onde foi vítima de
44 frequentes episódios de maus-tratos. Entre os dias 22 e 23 de março de 2022, a criança
45 foi morta pela tia e seu companheiro e levada em uma mochila para o município de careiro
46 da várzea. Lá, o avô da criança achou o corpo enterrado no seu quintal). O segundo caso
47 é referente à criança “**DIANA**” (a mãe de Diana trabalhava no terceiro turno, tendo a
48 necessidade de deixar as filhas sob cuidados do companheiro. No dia 15/03/2019 a
49 DEPCA recebeu uma denúncia através do tio dessa criança, informando que ela estava
50 internada no pronto-socorro Joãozinho, entubada e com sinais de morte cerebral. Após
51 exames de perícia foi confirmado, no exame de necropsia, que as lesões eram decorrentes
52 de agressões físicas realizadas em sequência por seu padrasto). A presidente abre votação
53 para o nome do centro integrado e **TODOS VOTAM** no nome **LORENA FERREIRA**
54 **RODRIGUES**. Dando continuidade, O Conselheiro Roberto Said (SEFAZ) pede a
55 palavra e menciona que na última reunião da comissão de Orçamento e Finanças (COF)
56 do CEDCA, ele, os conselheiros e o convidado Ennio Queiroz (CEDCA) discutiram sobre
57 projetos complementares para o Centro Integrado, e pensaram na possibilidade de
58 conseguir mais recursos da mesma forma que foi conquistado o valor do Ministério
59 Público do Trabalho (MPT). Concluíram que para tentar os recursos, eles precisam de
60 projetos para apresenta para o MPT. Indica que é preciso projetos complementares para
61 o Centro Integrado, por exemplo: o acolhimento das crianças. Menciona também que
62 seria interessante ter alguma entidade da Sociedade Civil para elaborar o projeto e
63 conseguir recursos para complementar essas atividades. A presidente Amanda explica
64 que em Manaus existem 11 (onze) instituições que fazem o acolhimento institucional,
65 sendo dez (10) não governamental e um (1) governamental que é da prefeitura de Manaus
66 (Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e de Adolescente (SAICA). Ela cita
67 que todas as não governamentais, estão lotadas e além desse problema de super lotação,
68 há um outro problema que é o cofinanciamento da SEAS que deveria ser uma coisa



69 continuada. Acontece que a SEAS não tem conseguido aumentar o recurso destinado de
70 cofinanciamento. Houve uma época que ele era para tudo, básica, média e alta
71 complexidade, mas hoje é só para média e alta complexidade. A conselheira Tereza
72 Celeste (SEAS) explica que da última vez, o cofinanciamento repassou R\$ 600.000 mil
73 para os acolhimentos. E Amanda menciona que 600 mil por ano, para vinte (20) meninos
74 por instituição, que a grande maioria são meninos com transtornos mentais, outros são de
75 vícios, outros sofreram violência e acabam desenvolvendo algum tipo de transtorno não
76 é suficiente. Então, eles ficam com uma equipe básica e vários problemas. Menciona
77 também que existe hoje um movimento de fechamento das instituições para o
78 acolhimento e que inclusive ela recebeu a informação de que hoje no Saica tem 51
79 crianças, onde metade são de outros municípios e estados. Teve uma denúncia do
80 Ministério público que o CMDCA foi visitar e veio com esse quantitativo de informação,
81 a presidente menciona que inclusive eles (CMDCA) solicitaram que o CEDCA fosse
82 junto, mas isso não nos cabia como um conselho estadual. Pois, o conselho municipal que
83 faz a fiscalização. Mas partindo disso Amanda explana que o movimento que estão
84 fazendo é a criação de famílias acolhedoras, onde ela (Amanda) tem suas ressalvas
85 críticas em relação a isso. Tereza Celeste (SEAS) menciona que a dificuldade se da
86 principalmente no Interior cuja realidade é completamente diferente. A presidente
87 menciona a fala de uma pessoa pública onde ele diz que o lugar de criança é na família.
88 Mas os dados contestam que 79% das violências com crianças e adolescentes são
89 interfamiliar. Amanda continua: o ideal seria os bons acolhimentos, qual é o problema?
90 O COFINANCIAMENTO. Ele tem que ser certo. A presidente menciona inclusive que é
91 necessário pensar o acolhimento rápido das crianças no próprio Centro Integrado. Pois
92 muitas pessoas chegam de madrugada e sem recursos, então pode-se pensar em um
93 projeto que forneça ao menos alimentação para estas crianças, pois as vezes as oitivas
94 demoram horas. A conselheira Jaqueline Nogueira (SEJUSC) expõe que o projeto do
95 Centro é muito bem pensado e tem previsão de um dormitório e um refeitório. O terceiro
96 passo a ser dado é como serão mantidos esses espaços. Menciona que a Sejusc ficou
97 responsável por essa coordenação administrativa, então todas as áreas serão pensadas pela
98 secretaria. Ela menciona que existe a previsão do PPA (Plano Plurianual) para esse
99 custeio, mas pensa que um projeto via AADESAM ou associação também é viável para
100 manter os espaços. O conselheiro Roberto Said (SEFAZ) menciona a sugestão da
101 Comissão de Finanças que discutiu e concluiu que para conseguir novos recursos é
102 preciso ter projetos em mãos. Andreza Souza(SEJUSC) menciona que na SEJUSC existe



103 um núcleo para fazer projetos, e por conta desse núcleo foi aprovado um projeto no
104 governo federal da parte de equipamentos do centro integrado. Ela explica que existe uma
105 comissão do centro Integrado e Existe um comitê gestor. Nesse comitê, é discutido os
106 custos de manutenção, e como será mantido este Centro. Ela continua e menciona que
107 concorda com a fala de Roberto e que devia ser criado no CEDCA um núcleo para captar
108 projetos. O conselheiro Roberto Sai(SEFAZ) explana que as vezes abrem editais que a
109 gente nem fica sabendo e menciona que se alguém tiver qualquer projeto em mente e
110 queira desenvolver ou melhorar o custeio de alguma atividade que vocês tenham e que
111 seja deficiente, coloque isso no papel para o conselho tentar conseguir. Ele menciona que
112 isso foi uma cobrança da presidente Amanda em uma das reuniões, onde mencionou os
113 recursos que são abatidos no imposto de renda. Então, conclui que tudo isso é viável, só
114 precisa ter o projeto, apresentar e os empresários ou entidades governamentais abraçam.
115 A conselheira Ana Maria (VIDA ALEGRE) expõe que hoje somente 3 instituições que
116 trabalham com crianças e adolescentes são custeadas pela SEAS. Ela explica que eram 5,
117 mas duas não atendem mais crianças. O conselheiro Janiel Oliveira(MCVE) expõe que o
118 grande problema está nessa vacância, e que a preocupação é chegar com 25 crianças sem
119 recursos. A presidente Amanda explica que hoje existem crianças morando nas ruas,
120 sendo agredidas e não existem mais organizações para atendê-las e as que surgem são
121 para interesses políticos. E assim, muitos políticos, criam emendas da política da infância
122 apenas pelo COFINANCIAMENTO. Explica ainda que é o Conselho de Assistencial
123 Social que delibera a verba. O conselho da Criança aprova somente a do SINASE. A
124 presidente pontua que inclusive que esta é uma outra pauta que o conselho irá solicitar
125 para comissão de finanças: a prestação de contas. Pois, na gestão passada, havia uma
126 recomendação de que a SEJUSC deveria mandar uma parcial de prestação de contas do
127 financeiro do SINASE de 4 em 4 meses, mas somente no final do ano ela mandava uma
128 prestação de contas, inclusive menciona que essas são coisas que o conselho precisa
129 pensar para o centro integrado. Roberto Said (SEFAZ) pede a fala e diz que a lei de
130 orçamento já está sendo discutida, então está na hora de colocar algum programa para que
131 seja alguma coisa fixa e pergunta se a manutenção do centro integrado será
132 responsabilidade da SEJUSC. Jaqueline (SEJUSC) confirma. Continuando, a presidente
133 Amanda segue para pauta **b) Revisão do Projeto de Lei:** A presidente explica que o
134 ASJUR da SEJUSC devolveu o processo da Lei pra o colegiado para ajustes. A vice-
135 presidente Alcione Lelo (SEDUC) explica que conversou com o Dr. Normando, e
136 explicou que fez uma leitura Jurídica, acrescentou algumas coisas, fez ajustes e gostaria



137 que o colegiado fizesse a leitura para poder enviar para a casa civil. A conselheira
138 Jaqueline Nogueira (SEJUSC): fez uma observação: ela recebeu um processo de lei e deu
139 ciência para que este fosse encaminhado à Casa Civil, e perguntou qual processo estava
140 no CEDCA. Explicou também que foi enviado um ofício via e-mail que gerou um
141 processo e também pelo siged que gerou um outro processo. Pediu para verificar qual o
142 processo vigente e se foi feito a juntada dos dois processos. A presidente Amanda reiterou
143 que o envio foi feito conforme a orientação do Dr. Rennan Lessa na última reunião e
144 relembrou que o mesmo disse que ele resolveria todas as tratativas da Lei. Explicou que
145 foi feito um ofício pedindo o cancelamento do primeiro processo. A conselheira Jaqueline
146 Nogueira (SEJUSC) menciona que existem dois processos tramitando, inclusive foi
147 sinalizado na última reunião e reitera que o processo que foi encaminhado para ela seguiu
148 o trâmite para Casa Civil, inclusive indagou o porquê de ter chamado a reunião, se já está
149 na casa civil, pede para verificar qual está em vigência. A conselheira Margarete Rocha
150 (CÁRITAS) expôs que fez o trâmite conforme solicitado, anexou o parecer, a justificativa
151 e a lei. A conselheira Alcione Lelo (SEDUC) propõe ligar para o Dr. Normando e assim
152 fazem. O mesmo, em ligação diz que o processo vigente está alterado, conforme o
153 mencionado, e que precisa da aprovação. A presidente diz não compreender porque não
154 foi encaminhado para Casa Civil. Então, é feita uma ligação para o Dr. Rennan Lessa
155 (ASJUR/SEJUSC) que explica que a minuta passou por análise afim de evitar problemas,
156 para que a Casa Civil não a devolvesse. Pontuou que tiveram alterações mínimas, em
157 questão de formatação, margem etc. Em relação ao texto, houve uma alteração relevante
158 que está marcada para conhecimento do conselho que é a situação das passagens. Rennan
159 explica que os custeio são decorrentes da SEJUSC, mas o reembolso não. No mais, ele
160 diz não ter nada de prejuízo para o conselho ou mais alterações de forma. (SEJUSC).
161 Logo após, a Secretaria Executiva Heloyse começou a leitura da minuta e o colegiado
162 pontua alguns ajustes de formatação. Em seguida, o Colegiado aprova as alterações feitas
163 pelo jurídico. Nada mais havendo a ser tratada, a presidente dá por encerrada a reunião.